

Projeto de pesquisa- Iniciação Científica

Nome do aluno: Victor Hugo Almeida Lopes

Nome do orientador: Marcelo Rodrigues dos Santos

Tema: Desigualdade e Setor Público

Título: O impacto do emprego público na evolução da desigualdade entre 2001 e 2014

Palavras-chave: Desigualdade, Setor Público, Prêmios Salariais

1) Objetivo e resumo

Este estudo tem como objetivo definir se o emprego público atuou de modo a reforçar ou a amenizar a queda da desigualdade entre 2001 e 2014. Para isso, serão extraídos, da PNAD, dados sobre funcionários públicos, e tal população será segmentada de acordo com o nível de formação acadêmica e anos de trabalho. Assim, serão medidas as mudanças na distribuição de escolaridade e experiência, e serão calculados os prêmios salariais por formação acadêmica e por anos de trabalho. Não suficiente, o mesmo será feito para os empregados do setor privado e para a população total. Por fim, será examinado como as mudanças na composição do funcionalismo público afetaram os prêmios salariais e, conseqüentemente, a desigualdade.

2) Descrição do problema e revisão da literatura

As desigualdades de renda e de riqueza são características marcantes da sociedade brasileira, não à toa o historiador Eric Hobsbawn (1995) se referiu ao país como o campeão mundial de desigualdade econômica. Podemos traçar diversas origens para essa condição: Engerman & Sokoloff (1997, 2002) afirmam que a alta desigualdade da América Latina se deve ao seu modelo de colonização, que permitiu a captura do Estado pela elite local. Já José Murilo de Carvalho (2008) enfatiza o legado da escravidão.

É interessante notar, porém, que na década de 2000, o Brasil, em dissonância com os países desenvolvidos, passou por um processo de redução da desigualdade. As pesquisas domiciliares em toda a América Latina apontaram uma consistente redução do índice de Gini (SOUZA, 2018). O contexto foi visto com otimismo por muitos cientistas sociais, e a condição econômica do período passou a ser intitulada como crescimento pró-pobre. Segundo Souza (2018, p. 364), o crescimento acompanhado de redistribuição foi enxergado como o “coroamento da transformação social decorrente da redemocratização e o marco de uma guinada no perfil distributivo do Estado”.

Como já notado, as mudanças políticas foram apontadas entre as principais causas da queda da desigualdade. Levando em consideração o Modelo do Eleitor Mediano (Bowen, 1943), a ampliação democrática brasileira pode, em grande medida, explicar por que houve no período certas políticas que atuaram de forma progressiva. Barros et al. (2010) enfatizam o papel do aumento de gastos públicos via programas de transferência de renda, como o Bolsa Família e o Benefício da Prestação Continuada. De outra parte, Haanwinckel (2018) destaca a contribuição da política de valorização do salário mínimo para a redução das diferenças salariais entre 1996 e 2011.

É importante, também, ressaltar as atuações do comércio internacional e das mudanças na força de trabalho. Os cortes nas tarifas de importação nos setores intensivos em trabalhadores com alto nível de escolaridade somados ao boom das commodities, que aumentou a demanda por trabalhadores com baixa formação acadêmica, induziram uma diminuição das diferenças salariais (FERREIRA et al., 2007; BENGURIA et al., 2008). De outra parte, a população economicamente ativa se tornou mais velha e escolarizada, fato que, por meio do equilíbrio oferta e demanda, diminuiu a remuneração com base no nível de formação acadêmica e em anos de experiência de trabalho (FERNÁNDEZ & MESSINA, 2018).

Entretanto, há ainda espaço para definições de novas variáveis que expliquem a trajetória da desigualdade no período. São precisos, por exemplo, mais estudos sobre como operou o setor público. O tema é de fundamental importância porque muitos dos vetores que atuaram na queda das diferenças salariais não têm efeitos diretos sobre a formação dos salários do funcionalismo público, além de que, de grosso modo, o setor público age de maneira regressiva. Souza & Medeiros (2013) encontraram que, para 2009, os salários dos empregados no serviço público foram, em média, 17% maiores que os

salários dos empregados, com mesmas qualificações, no setor privado, e que esse valor contribuiu 3,1% para a desigualdade total no país.

Tendo em vista que entender a forma como o Estado, com algumas de suas ações, reforça ou reduz desigualdades é essencial (SOUZA & MEDEIROS, 2013), este estudo buscará estimar qual foi o impacto dos salários do setor público na evolução da desigualdade de 2001 a 2014.

3) Material e metodologia

Os dados utilizados serão provenientes da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD) de 2001 a 2014, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em primeiro lugar, serão criados três grupos: setor público, setor privado e população total. Depois, será feita uma análise sobre a composição dos grupos em termos de formação acadêmica e de tempo de experiência dos funcionários no mercado de trabalho. Serão calculados, para todos os anos e grupos, os seguintes índices:

- I. Prêmio por ensino médio: razão entre os salários daqueles que completaram o ensino médio, mas não o ensino superior, e daqueles que não o completaram;
- II. Prêmio por ensino superior: razão entre os salários daqueles que completaram o ensino superior e daqueles que concluíram somente o ensino médio;
- III. Prêmio por experiência: razão dos salários daqueles que têm mais de 20 anos de carteira assinada para os salários daqueles que têm menos de 10.

Em seguida, o trabalho ponderará os resultados e calculará as diferenças entre os índices do setor público e do setor privado. Não suficiente, será examinado se, por meio das mudanças composicionais, o setor público afetou a trajetória dos índices do setor privado e da população total.

A outra parte do estudo consiste em estimar, por meio do método econométrico adequado, os impactos dos índices e da composição do setor público na evolução das

desigualdades salariais. Para isso serão utilizadas três medidas de desigualdade, que terão como base os salários da população economicamente ativa. As medidas são:

- I. Razão entre o limite inferior dos 10% maiores salários e o limite superior dos 10% menores salários;
- II. Razão entre a mediana e o limite superior dos 10% menores salários;
- III. Razão entre o limite inferior dos 10% maiores salários e a mediana.

Finalmente, os resultados encontrados serão interpretados e contextualizados. Espera-se que este trabalho contribua para a discussão de como o Estado atua em relação a desigualdades salariais e permita definir o impacto do setor público na queda da desigualdade de 2001 a 2014.

4) Cronograma das atividades

	Fev/20	Mar/20	Abr/20	Mai/20	Jun/20	Jul/20	Ago/20	Set/20	Out/20	Nov/20	Dez/20	Jan/21
Revisão da literatura	X	X	X									
Coleta de dados		X	X	X								
Elaboração da série histórica e modelo econométrico			X	X	X	X	X					
Relatório parcial					X	X						
Análise dos resultados obtidos					X	X	X	X				
Redação do relatório final								X	X	X		
Revisão											X	X

5) Referências bibliográficas

BENGURIA, F. et al. The transmission of commodity price super-cycle. **National Bureau of Economic Research**, 2018.

CARVALHO, J. M. de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 11ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

DE BARROS, R. P. *et al.* Markets, the state, and the dynamics of inequality in Brazil. In: DECLINING inequality in Latin America: A decade of progress. [S. l.: s. n.], 2010. p. 74-134.

ENGERMAN, S.; SOKOLOFF, K. *Factor endowments, inequality, and paths of development among New World economies*. Cambridge, Massachusetts: **National Bureau of Economic Research**, 2002. (NBER Working Paper n. 9259).

ENGERMAN, S.; SOKOLOFF, K. Factor endowments, institutions, and differential paths of growth among New World economies: a view from economic historians of the United States. In: HABER, S. (Ed.). *How Latin America fell behind: essays on the economic histories of Brazil and Mexico, 1800–1914*. Stanford: **Stanford University Press**, 1997.

FERNÁNDEZ, M.; MESSINA, J. Skill premium, labor supply, and changes in the structure of wages in Latin America. **Journal of Development Economics**, [S. l.], p. 556-573, 29 ago. 2018. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0304387818304905>. Acesso em: 15 set. 2019.

FERREIRA, Francisco H. G *et al.* Trade Liberalization, Employment Flows and Wage Inequality in Brazil. **World Bank Policy Research Working Paper 4108**, [S. l.], p. 1-56, 1 jan. 2007. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/pt/915661468226758546/Trade-liberalization-employment-flows-and-wage-inequality-in-Brazil>. Acesso em: 27 out. 2019.

HAANWINCKEL D. Supply, demand, institutions, and firms: A theory of labor market sorting and the wage distribution. 2018.

HOBBSAWN, Eric. **Era dos Extremos**. 2. ed. São Paulo: Companhia Das Letras, 2013.

SOUZA, Pedro H. G. F *et al.* Diferencial Salarial Público-Privado e Desigualdade de Renda per capita no Brasil. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 43, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612013000100001. Acesso em: 27 out. 2019.

SOUZA, Pedro H. G. Ferreira. **Uma História de Desigualdade**: A concentração de renda entre os ricos no Brasil 1926-2013. 1. ed. São Paulo: Hucitec Editora, 2018.